

## Artigo XI

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana.

Feito no Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 2008, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil  
CELSON AMORIM

Ministro das Relações Exteriores

Pelo Governo da República da Guiana  
CAROLYN RODRIGUES-BIRKETT

Ministra dos Negócios Estrangeiros

## AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUIANA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "TRANSFERÊNCIA DE TÉCNICAS PARA A PRODUÇÃO DE MILHO NAS SAVANAS DA GUIANA"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Guiana  
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana, firmado em 29 de janeiro de 1982;

Considerando o desejo mútuo de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de agricultura reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

## Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do Projeto "Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é implementar um programa para melhorar a capacidade de adaptação de tecnologias direcionadas para o desenvolvimento do cultivo do milho no país.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades, os resultados e o orçamento.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

## Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República da Guiana designa:

a) o Ministério da Agricultura como instituição responsável pela coordenação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Instituto Nacional de Pesquisa em Agricultura (NARI) como instituição responsável pela execução, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

## Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos brasileiros à Guiana para desenvolverem as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) prestar apoio operacional para a execução do Projeto;

c) disponibilizar a infra-estrutura necessária para a realização dos treinamentos no Brasil; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República da Guiana cabe:

a) designar pesquisadores e técnicos guianenses para participarem das atividades de cooperação técnica no âmbito do Projeto;

b) disponibilizar instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional para a execução do Projeto;

d) garantir a manutenção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função dos pesquisadores e técnicos guianenses que estiverem envolvidos no Projeto;

e) tomar as providências para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro tenham continuidade; e

f) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado brasileiro ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional.

## Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste.

## Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República da Guiana.

## Artigo VI

A coleta e intercâmbio de material genético, quando necessários, serão efetuados mediante estrita observância da legislação da República Federativa do Brasil e da República da Guiana.

## Artigo VII

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento objeto de publicação.

## Artigo VIII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente por iguais períodos, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes.

## Artigo IX

Qualquer controvérsia relativa à interpretação do presente Ajuste Complementar que porventura surja na sua execução será resolvida pelas Partes por via diplomática.

## Artigo X

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, a sua decisão de desconstituir o presente Ajuste Complementar. As Partes deverão decidir, então, sobre a continuidade das atividades em execução.

## Artigo XI

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana.

Feito no Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 2008, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil  
CELSON AMORIM

Ministro das Relações Exteriores

Pelo Governo da República da Guiana  
CAROLYN RODRIGUES-BIRKETT

Ministra dos Negócios Estrangeiros

## PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUIANA NO SETOR POSTAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Guiana  
(doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo a importância de trabalhar em parceria com vistas a promover a modernização dos serviços postais oferecidos; e

Considerando que a cooperação técnica no setor postal é de especial interesse para as Partes, baseada no benefício mútuo e na reciprocidade,

Acordam o que segue:

1. O presente Protocolo de Intenções tem como objetivo levar a cabo atividades de cooperação técnica no setor postal e áreas correlatas que contribuam para o seu desenvolvimento.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores como entidade responsável pela coordenação das atividades resultantes do presente Protocolo de Intenções;

b) o Ministério das Comunicações como entidade responsável pela execução do presente Protocolo de Intenções.

3. O Governo da República da Guiana designa o Ministério de Obras Públicas e Comunicações como entidade responsável para coordenação das atividades resultantes do presente Protocolo de Intenções. O Ministério designará as entidades executoras para a operacionalização das atividades resultantes deste Instrumento.

4. Para atingir o objetivo designado no parágrafo 1 do presente Protocolo de Intenções, as Partes promoverão a troca de informação e capacitação de pessoal.

5. As instituições executoras desenvolverão atividades específicas nas seguintes áreas, em ordem de prioridade:

a) Marketing;

b) Operações;

c) Tecnologia; e

d) Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

6. A fim de facilitar a cooperação técnica estipulada neste Protocolo de Intenções, ambas as Partes concordam em organizar um Comitê Técnico conjunto para discutir assuntos pertinentes baseados nas propostas e na avaliação das atividades específicas da cooperação técnica.

7. Em cada reunião do Comitê Técnico um Plano de Trabalho será elaborado e aprovado para o ano seguinte.

8. Representantes dos Ministérios e das entidades coordenadoras participarão das reuniões do Comitê Técnico e, quando se julgar necessário, as demais entidades executoras deverão também participar.

9. As reuniões do Comitê Técnico acontecerão em período acordado previamente pelas Partes. Essas reuniões serão sediadas, alternadamente, no Brasil e na Guiana.

10. As entidades executoras elaborarão relatórios periódicos sobre os resultados obtidos nas atividades emanadas por este Protocolo de Intenções. Tais relatórios serão apresentados aos Comitês Técnicos e examinados na Comissão Mista, sempre que esta for convocada.

11. O presente Protocolo de Intenções entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos, sendo automaticamente renovável por período igual.

12. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Protocolo de Intenções, até seis (6) meses antes da data do término de sua vigência, mediante comunicação por Nota diplomática à outra Parte, sem prejuízo de projetos, programas e atividades em curso, que serão executados até a sua conclusão.

Feito no Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 2008, em dois originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil  
CELSON AMORIM

Ministro das Relações Exteriores

Pelo Governo da República da Guiana  
CAROLYN RODRIGUES-BIRKETT

Ministra dos Negócios Estrangeiros

# VOCÊ SABIA QUE...

...a Imprensa Nacional foi criada através do Decreto de 13 de maio de 1808, assinado pelo Príncipe Regente D. João, com o nome de Imprensa Régia e seu objetivo era o de imprimir, com exclusividade, todos os atos normativos e administrativos oficiais do governo?



Replica do Decreto de 13 de maio de 1808.

SIG, Quadra 6, Lote 800,  
Brasília - DF  
CEP 70610-460

www.in.gov.br  
ouvidoria@in.gov.br

